



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região
Coordenadoria de Licitações e Contratos

ANEXO V DO EDITAL

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM, ENTRE SI, A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.**

A União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO**, sediado na Rua Ivonne Silveira, 248 - Narandiba (Via local da Av. Paralela - sentido - Centro), Salvador - BA, inscrito no CNPJ sob o n. 02.839.639/0001-90, neste ato representada por seu **Diretor Geral, Tarcísio José Filgueiras dos Reis**, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o n. **XXXXXXXXXX**, sediada na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato **representada por XXXXXXXXXXXXXXXX (preencher com nome e função)**, conforme atos constitutivos e/ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **PROAD n. 3364/2025** e em observância às disposições da **Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis**, resolvem celebrar o presente **Termo de Contrato**, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico n. 90006/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – O objeto deste contrato é a **prestação de serviços contínuos de fornecimento de solução web para administração, reserva, gerenciamento e controle de margem**

consignável em folha de pagamento para o público interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD. MENSAL	QTD. TOTAL (5 ANOS)	PREÇO UNITÁRIO (MÁXIMO POR LINHA DE PROCESSAMENTO A SER PAGO PELAS CONSIGNATÁRIAS)	PREÇO TOTAL (5 ANOS)
1	Solução web para administração, reserva, gerenciamento e controle de margem consignável em folha de pagamento para o público interno do TRT-5	Linha de processamento de consignação	10.112	606.720		

PARÁGRAFO ÚNICO – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1. O Termo de Referência;
2. O Edital da Licitação;
3. A Proposta da CONTRATADA;
4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO - O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato pelo Tribunal e pela empresa vencedora da licitação, prorrogáveis por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Será considerada data da assinatura aquela constante do instrumento contratual ou a da aposição da última assinatura eletrônica, se mais recente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A prorrogação será condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, **atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:**

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação;
- f) Não haja registro no CADASTRO INFORMATIVO DE CRÉDITOS NÃO QUITADOS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL (CADIN).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO – Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

PARÁGRAFO QUINTO – O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto **constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DO LOCAL E HORÁRIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – Por se tratar de solução de software, não há que se falar em um local específico para a entrega ou execução do serviço. Quanto ao horário, ele deve corresponder ao início do expediente do TRT-5.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – A implementação da solução web fornecida pela empresa contratada deverá ocorrer até 31 de março de 2026, data de término da segunda prorrogação da vigência do Termo de Comodato nº 001/2019, firmado entre o TRT-5 e

a empresa Salt Tecnologia (antiga Zetrasoft), cujo objeto é a cessão do direito de uso do licenciamento do sistema eletrônico e-Consig, solução atualmente adotada no TRT5 para reserva de margem e controle de consignações com desconto em folha de pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO - Componentes da solução web contratada que estejam em desacordo com a proposta ou as especificações do objeto deste TR, ou que porventura sejam disponibilizados com defeitos ou inconsistências, deverão ser corrigidos ou substituídos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da notificação para este fim.

PARÁGRAFO QUARTO – ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO - O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

PARÁGRAFO QUINTO – DO RECEBIMENTO – Os serviços serão recebidos da seguinte forma:

1. Provisoriamente, no prazo de 10 dias úteis, contados da assinatura do contrato, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização (Fiscal do Contrato), com verificação posterior da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
2. Definitivamente, após o período de homologação e a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela SEPAG e pela SETIC, atestando a conformidade do objeto com as especificações constantes no Termo de Referência, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente (Gestor do Contrato).
3. Caso o vencimento do prazo de entrega ocorra em final de semana ou feriado, ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.
4. As entregas que porventura ocorrerem no período de recesso forense (20 de dezembro a 6 de janeiro), deverão observar o horário das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.
5. A contratada responderá por quaisquer prejuízos que ocorrerem até a entrega definitiva do objeto da contratação.
6. Eventual pedido de prorrogação do prazo de entrega somente poderá ser aceito nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, mediante prévia solicitação escrita, apresentada no prazo de entrega do bem, devidamente acompanhada de documentos comprobatórios dos motivos alegados, podendo a solicitação ser encaminhada por e-mail, exclusivamente para o endereço fornecido pelo Gestor/Fiscal do contrato.
7. Em caso de recusa parcial ou total do recebimento do objeto contratual, a contratada deverá efetuar a substituição pertinente.

8. O prazo estabelecido para a entrega do objeto ficará suspenso durante todo o período de análise e verificação pelo Gestor do Contrato, que contará com o auxílio dos fiscais técnico e demandante para apresentar suas conclusões, no prazo de 10 (dez) dias consecutivos.
9. O objeto deverá ser entregue na totalidade do item especificado no Termo de Referência e seus anexos, salvo nos casos de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, alheio à vontade da contratada, solidamente justificado e havendo sido demonstrada a causalidade entre o fato alegado e a impossibilidade do cumprimento do originalmente estabelecido, por meio de documentos comprobatórios hábeis.
10. Eventual recusa no recebimento do objeto não exime a contratada de efetivar a entrega no prazo inicial estabelecido.
11. O acompanhamento mensal do objeto consiste na execução de rotinas para a integração entre o sistema de gerenciamento de consignações disponibilizado pela contratada e o sistema de processamento de folha de pagamento FolhaWeb, abrangendo os seguintes aspectos:
 - a. Monitoramento do ciclo de deferimentos das consignações e das informações referentes às margens consignáveis dos consignados, o qual será mensalmente estabelecido pela SEPAG;
 - b. Em data estabelecida no calendário da Folha de Pagamento, a contratada disponibilizará arquivo de movimento de consignações, com layout predefinido, o qual será importado pela SEPAG para o sistema FolhaWeb antes do cálculo da folha.
 - c. Após o fechamento da Folha de Pagamento, as informações referentes aos descontos realizados em folha serão repassadas pela SEPAG ao sistema de consignações mediante arquivos de margem e de retorno, também em arquivos com layout predefinido, para que sejam disponibilizadas às respectivas consignatárias, para que as parcelas efetivamente descontadas sejam baixadas no sistema e para atualização dos valores das margens consignáveis.
 - d. A atualização da base de dados do sistema terá um ciclo mensal acompanhando o ciclo da folha de pagamento, salvo em casos em que houver determinação para atualização em prazo diferente. Isto, entretanto, não poderá interromper as operações de consignação das consignatárias.
12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO – Não será permitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO – O valor unitário da contratação é de R\$ __ (...), perfazendo o valor total para a vigência de 5 (cinco) anos de R\$ __ (...).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – GRATUIDADE DO USO DA SOLUÇÃO – O TRT-5 não terá qualquer ônus decorrente do uso da solução contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratada está autorizada a ser remunerada pelos serviços prestados, tais como: adequações, manutenção, suporte técnico, dentre outros, diretamente pelas consignatárias credenciadas pelo contratante, sob a forma de valor fixo por linha de processamento, equivalente ao valor ofertado em sua proposta, que por sua vez, deve observar o preço unitário e total contratado..

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor máximo passível de ser cobrado, pela CONTRATADA, das CONSIGNATÁRIAS que com ela celebrarem contrato oneroso para utilização do sistema informatizado em tela é de R\$ XXXXX (XXXXX) por linha de processamento, observando-se os preços unitário e total estimados, pormenorizados na tabela constante do item 1.2.2 do TR. Tal valor será cobrado diretamente das consignatárias pela contratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O contratante, por ocasião dos repasses dos valores das consignações às consignatárias, abaterá desses valores, a título de ressarcimento de custeio por linha de processamento, o valor de R\$ XXXXX (XXXXX), salvo as isenções previstas em Lei.

PARÁGRAFO QUARTO - Por se tratar de valor retido diretamente do repasse às consignatárias, a Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF, no momento da apropriação da folha de pagamento, efetuará o recolhimento do valor devido ao Tribunal por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, cujo valor corresponderá à quantia supracitada (a saber: R\$ XXXXX) multiplicada pela quantidade total de rubricas consignadas nos contracheques passíveis de cobrança no período correspondente.

PARÁGRAFO QUINTO - Os valores por linha de processamento de consignação referidos nos itens 7.2.1 do TR (remuneração da contratada) e 7.3.1 do TR (repasse da contratante) serão atualizados anualmente, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em cumprimento ao §3º, art. 16, da Instrução Normativa TRT5 nº 003/2022.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE – Após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido da CONTRATADA, o preço inicial referente à remuneração da empresa contratada será reajustado, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- a) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- b) No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- c) Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- d) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- e) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- f) O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE – São obrigações do CONTRATANTE:

- 1. Proporcionar as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações.
- 2. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades no fornecimento dos bens.
- 3. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o regramento estabelecido ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida.
- 4. Informar à contratada, após a assinatura do contrato, o nome do Fiscal da Contratação, o

número de telefone e o endereço de e-mail para contato.

5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos da proposta apresentada.
6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, relativos ao objeto da contratação, no prazo de 2 (dois) dias úteis.
7. Fiscalizar a execução da contratação, bem como as obrigações assumidas pela contratada, por meio de servidor denominado Fiscal do Contrato.
8. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à realização de alterações e à aplicação de sanções.
9. Disponibilizar equipe técnica capacitada para gerar as informações necessárias ao bom andamento da prestação do serviço.
10. Disponibilizar servidor da área de tecnologia da informação para coordenar os processos de interação entre os sistemas envolvidos no processo de gerenciamento e controle de margem consignável.
11. Gerar e disponibilizar as informações relativas às margens consignáveis em folha de pagamento.
12. Importar as informações contendo os descontos para inclusão em folha de pagamento.
13. Gerar e disponibilizar as informações relativas ao retorno dos descontos realizados e pendentes em folha de pagamento.
14. Criar e gerenciar o cronograma de troca de informações entre o Tribunal e a contratada.
15. Garantir a fidelidade das informações geradas pela folha de pagamento.
16. Ser responsável exclusiva pelo credenciamento das entidades consignatárias.
17. Executar, a qualquer momento e sem aviso prévio, a fiscalização documental e digital do objeto da contratação.
18. Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1. Indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada junto ao Tribunal para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de

reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo TRT5.

2. Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
3. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
4. Fornecer a seus empregados todos os instrumentos necessários ao cumprimento das obrigações.
5. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o Tribunal.
6. Responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional.
7. Garantir o sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão da contratação, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.
8. Atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, a Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região instituída pelo Ato TRT5 n. 468/2022, no que couber, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.
9. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.
10. Cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental previstos neste Termo de Referência.
11. Cumprir integralmente os termos da proposta, as obrigações, os prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.
12. Cumprir os prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

13. Comunicar formalmente, por escrito, qualquer alteração de domicílio e endereço empresarial.
14. Informar, por escrito, quaisquer alterações de número de telefone e de endereço de e-mail da empresa, encaminhando os novos dados exclusivamente para o endereço de e-mail indicado pelo Gestor ou Fiscal do contrato.
15. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo responsável pela Gestão e Fiscalização da execução do contrato.
16. Comprovar as práticas de sustentabilidade estabelecidas no item 4.2. do TR.
17. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do contrato, conforme os artigos 12, 13 e de 17 a 27 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
18. Fornecer quaisquer informações referentes ao contrato solicitadas pelo contratante.
19. Manter, em seu quadro funcional, pessoal qualificado para atender às sugestões e solicitações voltadas à alteração do sistema informatizado, visando atender às exigências de segurança, confiabilidade e agilidade do contratante.
20. Importar para seu sistema informatizado as informações relativas aos descontos obrigatórios e facultativos gerados pelo contratante, para fins de gerenciamento da margem.
21. Importar, em caráter definitivo, por mês de competência, as informações constantes da mais recente folha de pagamento fechada, para que sejam realizados os cruzamentos em vistas à geração do arquivo de retorno para as consignatárias.
22. Obedecer criteriosamente ao cronograma estabelecido pelo contratante, a fim de não gerar atrasos na rotina mensal de elaboração e processamento da folha de pagamento.
23. Garantir a fidedignidade das informações geradas pelo seu sistema informatizado, a fim de serem importadas para a folha de pagamento, sob pena da cominação de sanções civis, penais e administrativas em caso de irregularidade.
24. Garantir o sigilo financeiro das informações importadas, não lhe sendo permitido, salvo mediante autorização expressa do contratante, repassar e/ou utilizar, em benefício de terceiros, informações constantes do sistema informatizado, sob pena da cominação de sanções civis, penais e administrativas em caso de descumprimento.
25. Ser responsabilizada, em conjunto com as consignatárias, pela eventual quebra de sigilo dos dados cadastrais, ou pelo cometimento de atos fraudulentos que venham a causar quaisquer prejuízos aos usuários consignados, ficando o contratante desonerado da responsabilidade de arcar com indenizações de qualquer natureza.
26. Disponibilizar aos usuários consignados estrutura de atendimento com capacidade e pessoal

capacitado tecnicamente para atendê-los em suas necessidades pertinentes às consignações em folha de pagamento.

27. Orientar, prevenir e solucionar possíveis fraudes, administrar e buscar soluções em processos administrativos e/ou judiciais que tenham origem nas consignações em folha de pagamento dos usuários consignados, e informar, quando solicitada, sobre o andamento dos processos em curso.
28. Realizar o controle das baixas das margens consignáveis, garantindo, assim, o desconto em favor das consignatárias.
29. Gerar arquivo de retorno às consignatárias, contendo as informações sobre os descontos realizados em folha, assim como as críticas concernentes aos descontos não efetuados.
30. Disponibilizar material instrucional para os servidores do TRT5, em formato textual ou audiovisual, sem prejuízo dos atendimentos solicitados na forma de suporte técnico.
31. Disponibilizar material instrucional para as consignatárias e seus representantes, visando ao melhor aproveitamento da sistemática de gestão da margem consignável, em formato textual ou audiovisual, sem prejuízo dos atendimentos solicitados na forma de suporte técnico.
32. Adequar seus relatórios às necessidades da contratante em prazo não superior a 30 (trinta) dias corridos.
33. Emitir relatórios sobre as consignações efetuadas em folha de pagamento e disponibilizá-los mensalmente à contratante.
34. Emitir relatórios sobre as reclamações e sugestões realizadas e disponibilizá-los mensalmente à contratante.
35. Observar a regulamentação em vigor no que diz respeito à política de consignações da contratante, bem como as leis, decretos e resoluções expedidas pelos conselhos superiores que sejam pertinentes à política de consignações.
36. Suspender imediatamente a consignação processada em desacordo com as normas de regência, de modo a caracterizar utilização ilegal da folha de pagamento, notificando a contratante quanto ao ocorrido.
37. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n. 14.133, de 2021).
 - a. Comprovar a reserva de cargos referida acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116,

parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021).

38. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de autoridade competente ou servidor/diretor que atue na área de licitação do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021.
39. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.
40. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.
41. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente.
42. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n. 6.481, de 12 de junho de 2008.
43. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.
44. Observar os requisitos técnicos previstos no Termo de Referência, especialmente nos itens 1.6, 3.1.1. e 4.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - GARANTIA DOS SERVIÇOS - NÍVEIS DE SERVIÇOS (SLA):

1. A contratada deverá manter o sistema informatizado disponível em regime 24x7 (24 horas X 7 dias na semana). Ademais, deverá ser garantida a disponibilidade de 98% (noventa e oito por cento), equivalente ao tempo máximo indisponível de 14 horas e 24 minutos por mês.
2. A contratada deverá disponibilizar suporte técnico em horário comercial, nos dias úteis, visando atender às solicitações e dúvidas tanto das consignatárias credenciadas quanto dos servidores do TRT-5 envolvidos no processo de consignação em folha de pagamento.
3. O prazo para o atendimento às solicitações feitas pelo TRT5 não deverá exceder a 24 (vinte e quatro) horas, quando não concernir a mudanças estruturais no sistema informatizado, sendo que, nestes casos, deverá ser observado cronograma definido em conjunto entre o TRT5 e a contratada.
4. O horário de atendimento aos usuários do TRT5 oferecido pela contratada deverá ser de segunda a sexta-feira, das 8 (oito) às 17 (dezessete) horas, horário de Brasília.

5. A contratada deverá garantir o tempo máximo de recuperação de 6 (seis) horas, ante a queda total do servidor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

1. Infraestrutura de atendimento às instituições consignatárias:
 - a. Celebrar contrato diretamente com as consignatárias, em até 10 (dez) dias contados a partir da data da assinatura do Contrato.
 - b. Iniciar a prestação dos serviços referentes ao objeto do procedimento licitatório em comento, obrigatoriamente, no TRT5, até 31 de março de 2026, conforme item 5.2.1. do TR.
 - c. Manter estrutura telefônica, de chat e de email para atender e prestar suporte às solicitações das consignatárias, incluindo dúvidas sobre utilização do sistema, em horário comercial.
 - d. Proporcionar às consignatárias customização individualizada, conforme suas necessidades, desde que atendam às disposições legais.
 - e. Prazo máximo para atender às solicitações: 4 (quatro) horas.
 - f. Prazo máximo para solucionar as solicitações: 24 (vinte e quatro) horas.
2. Infraestrutura de atendimento aos usuários consignados:
 - a. Disponibilizar sistema de protocolo on-line, acessível diretamente do seu sítio eletrônico, onde o usuário poderá registrar suas dúvidas, sugestões e reclamações, bem como acompanhar o andamento do atendimento à sua solicitação.
 - b. Manter estrutura telefônica, de chat e de email para atender e prestar suporte às solicitações dos usuários consignados, incluindo dúvidas sobre utilização do sistema, em horário comercial.
 - c. Prazo máximo para atender às solicitações: 4 (quatro) horas, considerando o horário comercial.
 - d. Prazo máximo para solucionar as solicitações: 24 (vinte e quatro) horas, considerando o horário comercial.
3. Infraestrutura de atendimento ao órgão consignante (TRT5):
 - a. Disponibilizar suporte técnico via telefone, chat e e-mail ao Tribunal contratante, em regime de 8h x 5 dias (oito horas por dia, cinco dias por semana, nos dias úteis), inclusive para tirar dúvidas sobre a utilização do sistema.
 - b. Oferecer suporte técnico ao Tribunal contratante, in loco, quando necessário e

solicitado, caso o funcionamento da solução web disponibilizada esteja comprometido por falhas de comunicação ou outras formas de repasse de informações.

- c. Ceder ao Tribunal contratante, ao término do contrato, todos os dados relativos às consignações dos usuários consignados do TRT-5, em layout predefinido.
- d. Ceder ao Tribunal contratante, ao término do contrato, todos os logs relativos às operações no sistema referentes à vigência do contrato.
- e. Observar o prazo máximo de 4 (quatro) horas para atender às solicitações, considerando o horário comercial.
- f. Observar o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para solucionar as solicitações, considerando o horário comercial.

PARÁGRAFO TERCEIRO - DESIGNAÇÃO DE PREPOSTO:

- 1. A contratada deverá indicar um preposto para representá-la administrativamente perante o contratante, no prazo de 2 (dois) dias consecutivos a contar da assinatura do contrato, mediante declaração onde deverá constar o nome completo, documentos de identificação (RG e CPF), número de telefone e endereço de e-mail para contato.
- 2. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 3. O preposto deverá apresentar-se ao servidor designado pelo contratante para exercer o acompanhamento e a fiscalização para tratar dos assuntos pertinentes à execução do contrato, relativos à sua competência, respeitando-se o prazo mencionado no subitem 6.3.1. do TR.
- 4. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas aos serviços executados.
- 5. A contratada orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas e de segurança, eventualmente informadas pela Fiscalização, e de medicina do trabalho.
- 6. Incumbe ao preposto atender as demandas da gestão e/ou fiscalização do contrato, inclusive para apresentar documentos solicitados pelo contratante.
- 7. O preposto deverá participar de reunião on-line, por videoconferência, sempre que solicitado, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, em dia e horário definidos pela

fiscalização, para realização de reunião com o Fiscal do Contrato, que solicitará as providências que se fizerem necessárias ao bom cumprimento de suas obrigações, cabendo ao preposto a adoção de todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme a Lei nº 14.133/21.

8. A comunicação oficial entre a contratada e o contratante será feita por escrito, preferencialmente por e-mail.
9. O preposto deverá responder às solicitações do contratante por e-mail, no endereço eletrônico informado pelo Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, durante o horário comercial, ou até às 9h (nove horas) do dia útil seguinte, no caso de comunicação fora do horário comercial.
10. É responsabilidade da contratada se certificar de que os endereços eletrônicos estejam funcionando corretamente. Não será aceita a alegação de que os sistemas de comunicação por correio eletrônico falharam, exceto se noticiado pelos meios de divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD – As PARTES deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que porventura tenham acesso em razão deste Contrato Administrativo, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

1. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
2. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
3. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
4. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
5. A CONTRATADA deverá exigir dos subcontratados, se houver, o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
6. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7. A CONTRATADA deverá prestar quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente.
8. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Comete infração administrativa, nos termos da Lei n. 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n. 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n. 14.133, de 2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas

nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n. 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- a. De 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida. Por inexecução parcial entende-se o descumprimento de parte das obrigações contratuais firmadas entre as partes, a exemplo de: (a) o atraso superior a 50 dias para indicação do preposto em conformidade como o disposto no item 6.3.1 do TR; (b) o atraso superior a 100 horas contadas do prazo máximo estabelecido no contrato para atendimento das solicitações de suporte técnico da contratante.
- b. De 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, em caso de inexecução total da obrigação assumida. Por inexecução total entende-se o descumprimento completo do contrato firmado, a exemplo de: (a) o atraso superior a 20 (vinte) dias após o final do prazo de entrega.; (b) a não apresentação do Certificado de Segurança da informação exigido por disposição legal, em conformidade com o item 3.1.1.6.7 do TR; (c) a não disponibilização das medidas de acessibilidade necessárias para permitir que as pessoas com deficiência utilizem o sistema.
- c. Pelo descumprimento do disposto no subitem 6.3.1 do TR, estará a contratada sujeita à aplicação da multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor anual do contrato, por dia que ultrapassar o prazo estabelecido, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o referido valor.
- d. Pelo atraso na entrega do objeto, a contratada estará sujeita à multa equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor anual do contrato, por dia que ultrapassar o respectivo prazo, limitado a 10% (dez por cento) do referido valor, o que não impedirá, a critério do contratante, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.
- e. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- f. A contratada também estará sujeita à multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor mensal do contrato, por hora que ultrapassar os prazos máximos de atendimento e/ou solução de demandas anteriormente mencionados no TR, limitado a

10% (dez por cento) do correspondente valor, o que não impedirá, a critério do contratante, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.

- g. As multas por inexecução parcial ou total da contratação poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, bem como com a multa pelo atraso na entrega do objeto, desde que as multas tenham fato gerador distinto.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei n. 14.133, de 2021)

PARÁGRAFO QUARTO – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUINTO – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado **no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação** (art. 157, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SEXTO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando houver, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO SÉTIMO – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os **endereços de e-mail** informados na **proposta comercial**, bem como os cadastrados pela empresa no **SICAF**.
2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

PARÁGRAFO NONO – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n. 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O CONTRATANTE deverá, **no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) (Art. 161, da Lei n. 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/21.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o

CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n. 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, **sem ônus para o CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

- I. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- II. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n. 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO QUARTO – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO SEXTO – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Das indenizações e multas.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A extinção do contrato **não configura óbice** para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO OITAVO – O CONTRATANTE poderá ainda:

1. Nos casos de obrigação de pagamento de multa pela CONTRATADA, reter a garantia

prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

2. Nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor da CONTRATADA decorrentes do contrato.

PARÁGRAFO NONO – O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Não havendo a previsão de custo para a esta contratação, conforme o Documento de Formalização de Demanda - DFD, no seu item 6, de estimativa preliminar do valor da contratação, não haverá oneração do orçamento do TRT5, sem necessidade de emissão de reserva de adequação orçamentária e a posterior emissão de Nota de empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de

termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

PARÁGRAFO QUINTO – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO - Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n. 14.133, de 2021, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO - Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado da Bahia, na cidade de Salvador, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n. 14.133/21.

Salvador, de de 20XX

Tarcísio José Filgueiras dos Reis

Diretor Geral

Representante Legal do CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante Legal da Contratada

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gestor(a) do Contrato/TRT5

Minuta de Contrato baseada no modelo disponibilizado pela Advocacia Geral da União - AGU, no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos>.